

**UFPB - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CCHLA - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**CURSO DE BACHARELADO EM FILOSOFIA**

**HERCÍLIA BATISTA COSTA NETA**

**O PAPEL DAS PAIXÕES NA DETERMINAÇÃO DO COMPORTAMENTO**  
**MORAL SEGUNDO DAVID HUME**

**JOÃO PESSOA - PB**  
**2017**

**HERCÍLIA BATISTA COSTA NETA**

**O PAPEL DAS PAIXÕES NA DETERMINAÇÃO DO COMPORTAMENTO  
MORAL SEGUNDO DAVID HUME**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
de Graduação em Filosofia na  
Universidade Federal Da Paraíba -  
UFPB apresentado como pré-  
requisito para a obtenção do título  
de Bacharel em Filosofia.  
Orientador: Prof. Dr. Marconi  
Pequeno.**

**JOÃO PESSOA - PB  
2017**

Catálogo da Publicação na Fonte.  
Universidade Federal da Paraíba.  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Costa Neta, Hercília Batista

O papel das paixões na determinação do comportamento moral segundo David Hume. / Hercília Batista Costa Neta. - João Pessoa, 2017.

40 f.:il.

Monografia (Graduação em Filosofia) – Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Orientador: Prof. Dr. Marconi Pequeno

1. Paixões. 2. Moral. 3. Necessidade. 4. Liberdade. I. Título.

BSE-CCHLA

CDU 17(043)

**UFPB - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CCHLA - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**CURSO DE BACHARELADO EM FILOSOFIA**

**HERCÍLIA BATISTA COSTA NETA**

**O PAPEL DAS PAIXÕES NA DETERMINAÇÃO DO COMPORTAMENTO**  
**MORAL SEGUNDO DAVID HUME**

NOTA: \_\_\_\_\_

APROVADO EM: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Marconi José Pimentel  
Orientador

---

Prof.  
Membro

---

Prof.  
Membro

Dedico em especial este trabalho a Deus e minha Mãe que sempre se fez presente nos momentos mais difíceis da minha vida. Ao meu amor, por ser tudo em minha vida e partilhar comigo em alma a forma mais pura de amor. Ao meu orientador, pela paciência e carinho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por ter me dado saúde e muita força para persistir no caminho que Ele escolheu oportunizando-me a abrir portas com confiança plena e me abençoando, ajudando-me com calma e equilíbrio para a conclusão desta graduação. Que o amor que alimento por DEUS continue se estendendo por toda minha vida e trajetória profissional.

À minha MÃE: Maria das Graças Costa, pelo amor que me ofereceu desde o primeiro instante. A ela minha heroína, dedico todas as conquistas até aqui, ela que me deu apoio, dedicação incondicional e incentivo para que eu perpassasse os momentos de dificuldade. Obrigada ao meu irmão, cunhada e sobrinhos, que nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo superior, sempre me fizeram entender que quem luta conquista. As tias, tios e demais familiares, grata pela contribuição valiosa em minha formação. Aos meus amigos, meu agradecimento e sentimento de amizade e carinho.

Agradeço a todos os professores que passaram em meu caminho por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas também a manifestação da ética e afetividade na educação no processo de minha formação intelectual e profissional. A todos vocês, responsáveis por minha chegada até aqui, minha gratidão.

Espero corresponder às expectativas, Deus ilumine a todos!

“Sempre procuro o caminho mais difícil a seguir, como se confiasse muito mais na intensidade das vivências que na teoria delas!”

(ÉRICA MONTERO)

## **RESUMO**

A filosofia durante muito tempo conferiu à razão um poder hegemônico, enquanto as paixões eram vistas como uma espécie de “doença” da alma. É exatamente opondo-se a esse pensamento que Hume constitui as bases de sua filosofia, demonstrando que a razão não determina as ações morais do sujeito, uma vez que esta prerrogativa cabe às paixões. Estas são definidas como impressões secundárias que determinam a vontade e permitem a ação do sujeito. Para ele, a moral não pode resultar de inferências e conclusões do entendimento, pois este não possui qualquer influência sobre os afetos, nem, tampouco, se mostra capaz de motivar as ações dos indivíduos. Nesse sentido, a liberdade é fruto da necessidade e esta se origina das forças naturais que nos animam. Assim sendo, o indivíduo é necessariamente livre e naturalmente moral, isto é, sua liberdade provém da necessidade e a moralidade decorre do interesse da sua própria natureza. Portanto, é no âmbito das paixões que Hume encontra o fundamento da ação moral do indivíduo, pois os valores de bem e mal decorrem das impressões de prazer ou dor que integram a dimensão sensorial da existência humana.

**PALAVRAS-CHAVE:** Paixões; Moral; Necessidade; Liberdade.



## **ABSTRACT**

One might state that philosophy has long devoted some kind of worship to reason. Reason has always been center of everything, the culmination of mankind, despite the feeling of being one always perceived as some kind of "sickness" from the soul. And precisely leaning on the opposite that Hume's thoughts brings us to another facet of the thought itself, in which he attempts to disseminate the ghost roaming in circles around the precise questions about passions, demonstrating that reason is not in any of its aspect, the actual maker of moral actions, dissipating any attempt Reason sought to solemnly reign. But moral philosophy has done its progression, and Hume's ways of thinking has played a major influence on contemporary philosophy, contributing not only and above all, to the existence of the empiricist philosophy, examining the very distinction between idea and impressions, as well as our own contact with the real world, allowing us to give rise to our sensitive experiences. It is worth to emphasize that Scottish empiricist paves us the way for moral conduct, But does so not excluding reason in any given moment, according to Hume, this is something secondary to the actions; And for this exactly reason, reason can only be the servant of the very own affections. According to him, morality can not be the result of implications and vague conclusions of the understanding, since it has no influence whatsoever on affections and nor it does or show any capability to motivate the actions of others.

**KEYWORDS:** Passions; Moral; David Hume.

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO .....	11
2.	DAS PAIXÕES NA FILOSOFIA DE HUME .....	15
2.1.	As Paixões seus Objetos e Causas .....	18
2.2.	O objeto, a causa e suas origens.....	21
3.	LIBERDADE E NECESSIDADE EM HUME .....	23
3.1	À vontade e suas causas originária.....	29
4.	O PAPEL DAS PAIXÕES NA MORAL HUMEANA .....	31
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	38
	REFERÊNCIAS.....	41

## INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende analisar o papel que as paixões desempenham no comportamento moral do indivíduo, o qual foi apresentado por David Hume em sua obra *Tratado da Natureza Humana*, mais especificamente nos Livros II e III da referida obra. Trata-se, pois, de indicar a relação que as paixões representam nas ações do homem e, em particular, na determinação do comportamento moral.

A racionalidade, ao longo da história da filosofia, sempre ocupou um lugar especial e assumiu um privilégio exacerbado, pois a faculdade de raciocinar conferiu ao homem a capacidade de explicar as coisas do mundo e de compreender a realidade, bem como encontrar respostas para as questões acerca dos fenômenos da natureza, a origem das coisas e a própria existência. Pela faculdade de pensar, o homem poderia constituir seu pensamento e orientar suas ações, enquanto as paixões foram consideradas como algo enganoso e, por isso, era motivo de desprezo. As paixões eram concebidas como fonte de grandes perturbações e vícios. Hume, em oposição a esse pensamento tradicional, declara que a “razão, sozinha, não pode nunca ser motivo para uma ação da vontade” e que a razão não tem capacidade para produzir ou impedir qualquer ação ou afeto; e por isso mesmo, o nosso comportamento moral jamais poderia nascer da racionalidade.

Hume dividiu as percepções em “impressões” e “ideias”. As primeiras são impressões originais, fortes e ocorrem de imediato (sensações, emoções e paixões) – inclinações que o homem dispõe por natureza e que o induzem a praticar ações morais; elas caracterizam as nossas experiências sensíveis e são concebidas por Hume como as nossas sensações (externas) quando tocamos, ouvimos e vemos; Já as ideias são representações menos vivas, são cópias que a mente forma a partir do que já foi sentido, ou seja, das impressões.

Hume explica que as paixões violentas e calmas variam de acordo com a sua intensidade e é exatamente por este grau de intensidade que podemos defini-las. Além disso, as paixões são divididas em diretas e indiretas. As associações de ideias e impressões, portanto, colaboram entre si para o surgimento das paixões.

A vontade não é considerada de fato uma paixão, mas as paixões quando surgem em nós originam a vontade. O exame da vontade irá nos possibilitar compreender sua relação com a liberdade e a necessidade.

Mas é importante salientar que, ainda que as ações que praticamos sejam determinadas por nossa vontade, nunca podemos nos libertar das amarras da necessidade – ideia de grande valia para a moral humeana. Na concepção de Hume, a necessidade pode ser definida de duas maneiras: tanto decorre da união e conjunção constante de objetos semelhantes, como da inferência da mente de um ao outro. Ademais, em ambos os casos, a necessidade se faz presente na vida determinando a vontade, pois as inferências se fundam na experiência da união constante de ações semelhantes com motivos e circunstâncias idênticas.

Para Hume (2000, p.449), “A razão, sozinha, não pode ser nunca motivo para uma ação da vontade; e, em segundo lugar, que nunca poderia se opor á paixão na direção da vontade”, uma vez que a razão se encontra no mundo das ideias e a vontade sempre refere-se ao mundo das realidades. Eis por que a demonstração e volição estão separadas uma da outra. Assim, a razão não pode gerar sozinha nenhuma ação ou vontade, como também a razão é completamente incapaz de impedir a vontade ou competir com qualquer paixão ou emoção, pois, como afirma Hume (2000, p.451), “A razão é, e deve ser apenas a escrava das paixões, e não pode aspirar a outra função além de servir e obedecer a elas”.

A razão influencia apenas indiretamente as nossas ações, mas quem comanda e determina a conduta do homem são os afetos (paixões) e, por esse

motivo, a razão não é capaz de impulsionar o indivíduo a agir. Logo, as nossas ações sempre são oriundas de uma força natural passional e, por isso mesmo, a vontade é desprovida de qualidade racional. Portanto, uma paixão em si mesma não pode ser nunca irracional, mas sim o juízo que lhe é atribuído, pois o juízo é uma entidade sujeita a um valor de verdade ou falsidade, identificados exclusivamente na linguagem ou no pensamento, mas jamais nas sensações. Eis por que “a distinção entre o vício e virtude não está fundada meramente nas relações dos objetos, nem é percebida pela razão” (Hume, 2000, p.509). A comparação entre as ideias unicamente não pode originar o vício ou a virtude, haja vista que somente por meio de alguma impressão ou sentimento por ele ocasionado é que somos capazes de estabelecer a diferença entre ambos.

As decisões que tomamos em relação à retidão ou depravação moral depende das nossas percepções. E como as percepções são ou impressões ou ideias, nisto consiste que a moral se encontra mais perto do sentimento e das paixões que da razão, pois, primeiramente temos o sentimento e somente depois é que podemos julgar, por meio do entendimento ou razão, as ações como sendo viciosas ou não.

As experiências que o homem vivencia lhe permitem perceber que a impressão derivada da virtude é agradável, a do vício é desagradável. A prova disto é que sentimos prazer quando uma ação é nobre e bela, enquanto uma ação cruel nos causa uma impressão dolorosa e de repulsa. Nada há de ser mais prazeroso que desfrutar da presença das pessoas que amamos e estimamos; em contrapartida, nada pode ser pior do que passarmos o resto de nossas vidas com aqueles que odiamos e desprezamos. É isso que iremos investigar em nosso trabalho.

Assim, no primeiro capítulo apresentaremos a diferença entre impressões e ideias, a fim de indicar de onde surgem, quais as suas divisões e também como as impressões originais e secundárias irão constituir as demais paixões (prazerosas-alegria) ou (dolorosas-tristeza), e, sobretudo, como irão

determinando o comportamento moral do sujeito. Como já vimos, as impressões de prazer e dor provocam muitos efeitos imediatos, e o principal dentre esses efeitos é a vontade.

No segundo capítulo, iremos explicar a natureza da vontade, da liberdade e da necessidade, a fim de compreender o *modus operandi* das paixões. Por fim, trataremos da relação entre as paixões e a moral a fim de demonstrar como tais experiências sensoriais determinam o comportamento do indivíduo.

O referente tema escolhido justifica-se pela necessidade de compreensão da origem, da natureza e configuração do comportamento moral humano. Desse modo, o objetivo essencial deste trabalho é mostrar que, mais do que influenciar a moralidade, as paixões podem ser consideradas como sua instância causal determinante.

## 2. DAS PAIXÕES NA FILOSOFIA DE HUME

Na filosofia, por muito tempo, a razão (*logos*) foi sempre enaltecida, objeto de honras e encanto, e, em consequência disso, todas as questões referentes à sensibilidade foram vistas com desconfiança ou menosprezo. Desde a antiguidade, a emoção, a afetividade, os sentimentos e a percepção, foram características representadas pelo *pathos*. Este era visto, por grande parte dos filósofos, como uma espécie de “doença” da alma. Essa dualidade – *logos* versus *pathos* – era, em certo sentido, tomada como representação de duas forças avessas, na qual o *logos* gozava de total primazia enquanto as emoções (paixões) eram tidas como nocivas ou perniciosas.

Ao longo da história da filosofia ocidental, a noção de *percepção* variou entre dois extremos - a percepção sensorial (sensação) e a percepção mental (intelectual) – mas, com o passar do tempo, a noção de *percepção sensorial* foi se refinando até a entrada em cena de David Hume, o qual dedicou uma atenção especial ao assunto, e de acordo com o seu pensamento, a percepção é tudo aquilo que existe e se apresenta à mente, seja por meio dos sentidos, das paixões, do pensamento ou mesmo da reflexão. Em razão disso, Hume dividiu todas as percepções em “impressões” e “ideias”.

As impressões são originais e fortes, pois elas ocorrem de imediato (sensações, emoções e paixões) e definem o conteúdo das nossas experiências sensíveis. Essas impressões são entendidas por Hume como todas as sensações (externas) que vivenciamos quando tocamos, ouvimos e vemos. Enquanto isso, as emoções e paixões são derivadas dessas impressões originais. Já as ideias são representações menos vivas, pois são cópias que a mente forma a partir do que já foi sentido, ou seja, das impressões. Essas ideias menos vivas (fracas) nascem das impressões originais, por isso que aquelas são mais fortes (vivas) que estas, podendo o

sujeito confundir-se, fazendo de uma impressão passada um fato atual, por exemplo, quando pensa na alegria que já sentiu, isso pode causar satisfação. Por conseguinte, todos os elementos do pensamento derivam de nossas sensações externas ou internas; é por isso que quando tomamos uma decisão acerca do que nos agrada, essa decisão é determinada pela sensação, pois a força e a vividez das impressões são sempre superiores às ideias. Hume afirma que

Todos os elementos do pensamento derivam de nossas sensações externas ou internas; mas a mistura e composição deles dependem da mente e da vontade. Ou melhor, para me expressar em linguagem filosófica: todas as nossas ideias ou percepções mais fracas são imitações de nossas mais vivas impressões ou percepções. (HUME, 2006, p.20).

Ainda segundo o filósofo, as impressões que temos originam nossas ideias e o que diferencia uma da outra é apenas o grau de intensidade entre ambas quando estas se apresentam à mente. Assim, as impressões, por serem oriundas das experiências sensíveis, possuem maior grau de força e vivacidade, enquanto as ideias são percepções fracas, já que são cópias das impressões. De acordo com Hume, todas as percepções, além de serem divididas em “impressões” e “ideias”, são também divididas em originais e secundárias. As impressões originais ou (de sensação) são constituídas pelo corpo ou pela apresentação dos objetos aos órgãos externos, isto é, são impressões dos sentidos (visão, audição, tato, olfato e paladar). Com efeito, assim como os prazeres e as dores físicas, elas surgem na alma e por isso não há nenhum pensamento anterior a elas.

As impressões secundárias (ou reflexivas) surgem necessariamente das impressões originais (ou de sensação) derivando outros tipos de sensação. Essas impressões reflexivas ou secundárias são aquilo que Hume designa de paixão. Ademais, a sensação de prazer ou a ideia de dor, por exemplo, provoca na alma novas impressões de desejo ou de aversão. Nas palavras de Hume:

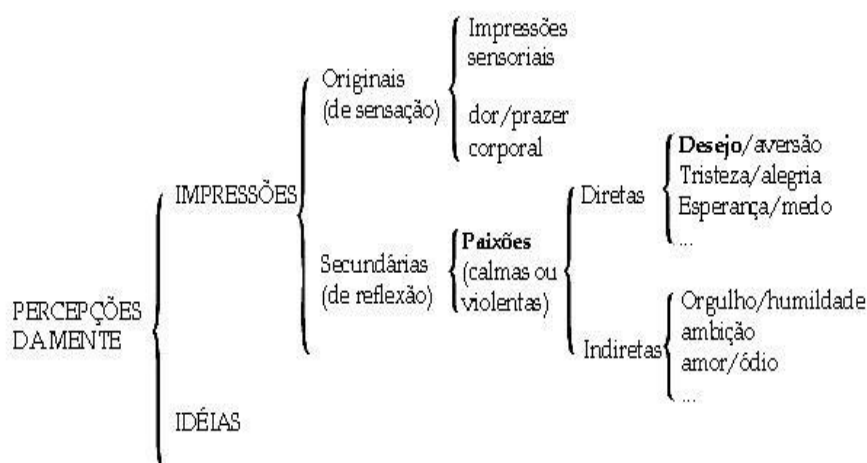


É Certo que a mente, em suas percepções, tem de começar de algum lugar; e, uma vez que as impressões precedem suas ideias correspondentes, é preciso que algumas impressões apareçam na alma sem que nada as introduza. (...). Dores e prazeres físicos são fontes de muitas paixões, seja quando sentidos, seja quando considerados pela mente; mas surgem na alma, ou no corpo (como se preferir), originalmente, sem nenhum pensamento ou percepção precedente. Uma crise de gota produz uma longa série de paixões, como pesar, esperança, medo; mas não deriva imediatamente de nenhum afeto ou ideia (HUME, 2000 p. 310).

As impressões secundárias - (paixões) são divididas em duas modalidades: calmas (benevolência) e violentas (amor e ódio, orgulho e humildade). Hume explica que as paixões violentas e calmas variam de acordo com a sua intensidade, e é exatamente por este grau de intensidade que podemos defini-las. As paixões calmas são controladas e não geram no sujeito perturbação mental: elas são oriundas do sentimento em relação à qualidade dos objetos externos (belo e feio). Já as paixões violentas implicam uma comoção de intensidade máxima (amor e ódio, pesar e alegria, orgulho e humildade). Com base nessa distinção, percebe-se que as paixões são mais violentas que as emoções.

Além disso, as paixões são divididas ainda em diretas e indiretas. As paixões diretas podem ser prazerosas ou dolorosas e derivam do nosso contato imediato com outras paixões, como a alegria, a tristeza, a confiança, o desespero, o desejo, a aversão, a esperança, o medo. As paixões indiretas, segundo Hume, resultam também de sensações (prazerosas ou dolorosas) e produzem o enlace de outras qualidades, como a generosidade, a ambição, o amor, o ódio; as paixões indiretas, segundo o filósofo, dependem da relação dos sujeitos entre si. Vejamos, abaixo, como pode ser esquematizada essa classificação:

Figura 1 – Divisão das Paixões



Fonte: Velasco, 2001

Estando as paixões indiretas relacionadas à interação dos sujeitos, elas correspondem aos seus interesses particulares e podem, por essa razão, conduzir o homem ao bem ou ao mal, ao amor ou ódio, ao egoísmo e à generosidade. Mas, para Hume (2000), o homem tem naturalmente uma inclinação para os sentimentos benevolentes e, por esse motivo, ele tende a procurar o bem e afastar-se do mal. Para ilustrar esse fato, vejamos abaixo, as duas paixões tratadas por Hume (a humildade e o orgulho) e como caracterizá-las em face de suas causas e objetos.

## 2.1. As Paixões, seus Objetos e Causas

Esta seção destina-se a apresentar as causas das paixões (orgulho e humildade), a relação de ambas com o mesmo objeto, o (eu), a distinção entre a causa (qualidade que opera a paixão) e o objeto e de que maneira ocorre no sujeito a produção de tais paixões.

O orgulho e a humildade são a causa das paixões indiretas, as quais são designados por Hume como impressões simples. Ademais, elas são nomeadas desse modo porque é impossível fornecer uma definição adequada e precisa sobre a sua natureza. No entanto, é possível considerar que as impressões simples de orgulho e humildade, embora sejam contrárias, possuem o mesmo objeto, o “eu”. O objeto das paixões é o “eu”, isto é, a consciência íntima constituída pela sucessão de ideias e impressões, e que ocorre nos momentos em que somos afetados por uma dessas paixões. Ademais, quando julgamos a nós mesmos, somos necessariamente inclinados a um desses afetos diversos – orgulho ou humildade; e, se não houver o julgamento de si, também não haverá espaço para o surgimento de ambos os afetos. Afinal, quando vivenciamos uma dessas impressões simples (orgulho e humildade) significa que, necessariamente, estamos conectados ao “eu”. Hume afirma que

Embora essa sucessão conectada de percepções a que denominamos o eu seja sempre o objeto dessas duas paixões, é impossível, porém, que seja também sua CAUSA, e que, por si só, baste para as despertar. Pois como essas paixões são diretamente contrárias e têm o mesmo objeto em comum, se esse objeto fosse também sua causa, nunca poderia produzir um grau de uma das paixões sem ao mesmo tempo despertar um grau igual da outra – e essa oposição e contrariedade destruiriam a ambas. É impossível que um homem seja ao mesmo tempo orgulho e humildade. (HUME, 2000 p. 312).

Muito embora essas paixões estejam ligadas diretamente ao “eu” por meio do despertar de uma paixão, é importante esclarecer que, para que essas paixões (orgulho e humildade) sejam despertadas, é necessário que exista um princípio produtivo, ou seja, uma causa que origina as paixões.

A primeira ideia que se apresenta à mente é exatamente a de causa, pois ela desperta a paixão no sujeito e essa paixão, quando despertada, conduz o nosso olhar para outra ideia, o “eu”. Estando a paixão entre as duas ideias, a primeira, como já dissemos, representa a causa, ela produz a paixão,

enquanto a segunda é produzida e atua sobre o eu, objeto dessa paixão. A partir disso, podemos então observar que as causas do orgulho e da humildade resultam de qualquer qualidade mental de valor, seja da imaginação, do juízo, da memória ou até do temperamento. Isso significa que, além de serem qualidades, as causas dependem das variáveis do espírito, bom-senso, erudição, coragem, justiça, integridade, essas qualidades são causas de orgulho e humildade, estendendo-se ainda as qualidades físicas (o corpo).

Com efeito, uma locutora pode orgulhar-se de sua voz, talento para música ou um homem pode se orgulhar da sua força, beleza, boa aparência física, mas isso não basta, não é tudo. As operações das paixões vão além dessas qualidades, reunindo também objetos que têm vínculos conosco, o nosso país, por exemplo, a casa onde moramos, nossas roupas, parentes, cães, gatos – podendo essas qualidades se tornar causa do orgulho e da humildade. De acordo com Hume, é necessário diferenciar as causas da paixão, identificando a *qualidade operante* que exerce sobre a paixão e o *sujeito* que sofre a ação dessa força. Contudo, se o marido, por exemplo, se orgulha da voz de sua esposa, a voz é a qualidade que exerce sobre ele a paixão do orgulho; e a esposa é causa do orgulho; assim, temos quatro elementos nessa distinção:

- a) **Objeto:** *eu* (Neste caso, o marido).
- b) **Causa do orgulho:** o encanto da voz.
- c) **Qualidade operante:** o encanto.
- d) **Sujeito:** a esposa.

Vale notar que o encanto sozinho nunca produziria orgulho ou vaidade, pois, para que isso aconteça, é necessária que ele (o encanto) esteja relacionado a nós, e sem a existência do encanto não haverá sobre a paixão qualquer influência. Assim, ainda que tenha sido feita uma distinção desses

elementos, a conjunção dos mesmos é necessária para que a paixão se produza.

## 2.2 O objeto, a causa e suas origens.

Na seção anterior, examinamos o que difere o objeto das paixões da causa e classificamos os elementos que diferenciam as mesmas. Após indicar que uma paixão não consegue ser produzida sem a conexão da qualidade operante e do sujeito, é importante salientar, nesse momento, de onde partem e como se configuram esses elementos. Embora o orgulho e a humildade não façam parte da constituição primária da natureza humana, elas derivam de princípios naturais, assim como as impressões originais ou de sensação – prazer e dor. Mas, há uma propriedade que não é somente natural, mas também original, a qual direciona a mente do sujeito e as paixões. Assim, nas palavras de Hume,

“Se na natureza não houvesse conferido à mente algumas propriedades originais, esta jamais poderia ter qualidades secundárias, pois, nesse caso, não teria nenhum fundamento para a ação, e jamais poderia começar a se exercer. Ora, essas qualidades que devemos considerar como originais são as mais inseparáveis da alma, e não podem ser reduzidas a outras. E assim é a qualidade que determina o objeto do orgulho e da humildade”. (HUME, 2000, p314.)

Ao observarmos a natureza humana, podemos facilmente compreender que, embora as causas do orgulho e da humildade sejam naturais, elas não são originais, e por isso não participam da constituição primária da natureza. Tais propriedades resultam da associação de ideias e de impressões.

A associação de ideias implica que os nossos pensamentos aconteçam e promovam outros. Trata-se de uma relação composta por três aspectos: o primeiro aspecto é o de semelhança, pois quando vemos uma foto de alguém,

a imagem imediatamente nos faz pensar na pessoa; o segundo é de contiguidade no espaço e no tempo, haja vista que, quando pensamos em um pergaminho, isso nos remete à ideia de tempos antigos; o terceiro é a causalidade, já que, por exemplo, se pensarmos em um médico de imediato surge a ideia de doença, saúde, exames, medicamentos. Esses três princípios de associação de ideais são as relações de **semelhança**, **contiguidade** e **causalidade**.

Enquanto isso, as associações de impressões ocorrem em decorrência de uma impressão anterior. Assim, se pensarmos na impressão de alegria, ela pode originar o amor e este ocasionar a benevolência. Por esta razão, sentir prazer ou dor, alegria ou tristeza, permite ao indivíduo agir, pois a nossa mente não ordena as nossas ações, apenas nos orienta no momento em que é atingida por nossas experiências sensoriais.

Além disso, quando a nossa mente produz uma ideia, essa ideia pode naturalmente originar outra, e do mesmo modo acontece também com a associação de impressões, tornando a mente humana sempre suscetível à variação das paixões. As associações de ideia e impressões, portanto, colaboram entre si para o surgimento de uma paixão. Uma vez que já discorreremos sobre a natureza e as características das impressões e das ideias, e também essas originam as nossas paixões, convém agora tratar da relação que esses fenômenos têm com a necessidade e de como esta gera a liberdade. Eis o tema que iremos explorar a seguir.

### 3. LIBERDADE E NECESSIDADE EM HUME

Hume, (2000, p. 435) indica que “a vontade é uma impressão impossível de ser definida”, segundo ele, a vontade é simplesmente “*a impressão interna que sentimos e de que temos consciência quando deliberadamente geramos um novo movimento em nosso corpo ou uma nova percepção em nossa mente*”. A vontade não é considerada de fato uma paixão, mas as paixões quando surgem em nós originam a vontade. Como já vimos, as impressões de prazer e dor resultam em muitos efeitos imediatos, e o principal dentre esses efeitos é a vontade. Este é o tema do nosso capítulo: explicar a natureza da vontade, da liberdade e da necessidade, a fim de compreender melhor como atuam as paixões.

É difícil descrever o que seria a vontade, porém, segundo Hume, *vontade* é simplesmente a “impressão interna que sentimos e de que temos consciência quando deliberadamente geramos um novo movimento em nosso corpo ou uma nova percepção em nossa mente” (HUME, 2000, p.435). Mas, para ampliar o nosso entendimento acerca da volição, é preciso estender a discussão acerca da liberdade e da necessidade – pressupostos para a compreensão da moral. Com efeito, nossas ações ou deliberações fundam-se em uma relação entre impressões e ideias, ou seja, existe nessa relação uma união constante, e isto ocorre porque temos motivos para exercer a ação, realizada por meio da inferência. Nas palavras de Hume:

Todos reconhecem que as operações dos corpos externos são necessárias, e que, na comunicação de seu movimento e em sua atração e coesão mútuas, não há nenhum traço de indiferença ou liberdade. Todo objeto tem como destino uma certa direção de movimento, sendo incapaz de escapar disso por si só. Logo, as ações da matéria são necessárias quando concluímos que um corpo ou ação é causa inevitável de outro corpo ou ação. (HUME, 2000, p.436 )

Então, não é possível que a conexão última entre os objetos se revele por meio da razão e dos sentidos, pois somos incapazes de investigar a essência dos corpos e como resultado descobrir sua mútua influência. Mas, temos conhecimento de sua união constante, e é por meio dela que nasce a necessidade. Nesse sentido,

Se os objetos não possuíssem entre si uma conjunção uniforme e regular, jamais chegaríamos a uma ideia de causa e efeito; e com tudo isso, a necessidade contida nessa ideia não é mais que uma determinação da mente a passar de um objeto aquele que comumente o acompanha, e a inferir a existência de um a existência do outro. (HUME, 2000, p.436)

Torna-se necessário apresentar a importância entre dois pontos essenciais à necessidade: a *união* constante e a *inferência* da mente. Assim, quando a união e a inferência existem, a necessidade estará sempre presente. É por meio da observação da união constante que a inferência é produzida, e se provarmos que há uma união constante entre as ações da mente e os motivos, temperamentos e circunstâncias, então podemos inferir a necessidade dessas ações. Mas, se é por meio da observação da união que a inferência é produzida, podemos então provar primeiramente pela experiência que nossas ações possuem uma união constante com nossos motivos, temperamentos e com as circunstâncias que nos envolvem. Eis por que a união constante sempre produzirá a inferência.

Este princípio se impõe mesmo nas diferenças de sexo, idade, condições ou métodos de educação, pois podemos identificar a mesma uniformidade e regularidade na operação dos princípios naturais. Assim, como afirma Hume, “causas semelhantes sempre produzem efeitos semelhantes, do mesmo modo que na ação mútua dos elementos e poderes da natureza” (HUME, 2000, p.437).

Essa relação direta entre motivos e ações nos homens é tão necessária que apenas sob a égide do absurdo se esperaria que, por exemplo,



uma criança aos cinco anos de idade tomasse decisões prudentes ou tivesse raciocínio complexo, ou então que ela fosse capaz de levantar grandes quantidades de peso. Isso acontece porque não há conjunção constante entre a prudência e a criança, do mesmo modo que não há entre a força e a pouca idade da mesma. Eis por que devemos reconhecer que, mesmo diante da dificuldade de uma explicação, os princípios naturais e necessários decorrem da coesão das partes da matéria, e que os mesmos princípios semelhantes fazem os homens buscarem a vida em sociedade.

Um exemplo disto é que a habilidade e a agilidade de um guitarrista são superiores a um outro indivíduo que não possui o hábito de tocar o instrumento. Da mesma forma, há uma relação entre seus sentimentos e também suas ações, por meio dos princípios necessários e uniformes da natureza humana. Como explica Hume,

Existe um curso geral da natureza humana nas ações humanas, assim como nas operações do Sol e do clima. Existem também caracteres peculiares a diferentes nações e a diferentes pessoas, e outros que são a toda a humanidade. (HUME, 2000, p. 439)

Tomando o mesmo exemplo de Hume, árvores distintas regularmente produzem frutos com sabores diferentes, posto que essa regularidade decorre de uma necessidade e da existência de causas que atuam nos corpos; o mesmo acontece com os sentimentos, ações e paixões que envolvem os indivíduos. As ações humanas não interferem na regularidade dessa união, nem, tampouco, na conexão constante, isso porque a mudança das ações é realizada pela conduta humana e não pela necessidade. Logo, a conduta humana é irregular e incerta, mas isso não nega o fato de que a liberdade é oriunda da necessidade, ainda que as condutas dos indivíduos sejam diferentes. Hume afirma que:

Ao julgar as ações humanas, devemos proceder com base nas mesmas máximas que quando raciocinamos acerca dos objetos externos. Quando dois fenômenos se apresentam em uma conjunção

constante e invariável, adquirem uma tal conexão na imaginação que esta passa de um ao outro sem qualquer dúvida ou hesitação. (HUME, 2000, p.439).

E ainda que haja diversos graus de evidência e probabilidade que, às vezes, contrariam nossa experiência, isso não destrói inteiramente nosso raciocínio, pois a mente avalia as nossas experiências contrárias separando as inferiores das superiores e procede segundo o grau de segurança ou evidência que resta.

Mas, quando as experiências opostas são proporcionais, a mente não elimina as noções de causa e de necessidade, pois supomos que a situação oposta acontece por uma operação secreta de causas contrárias, das quais não temos conhecimento, resultando daí essa indiferença característica do nosso julgamento impreciso e não das próprias coisas, as quais são, em todos os casos, igualmente necessárias. Assim, como afirma Hume:

Nenhuma união pode ser mais constante e certa que a de algumas ações com determinados motivos e caracteres; e se em outros casos, a união é incerta, essa incerteza não é maior que a de algumas operações dos corpos. Não podemos extrair do primeiro tipo de irregularidade uma conclusão que não se siga igualmente do outro. (HUME, 2000, p. 440).

Hume conclui que “assim como a *união* entre os motivos e as ações da mente tem a mesma constância que a união entre quaisquer operações naturais, assim também sua influência sobre o entendimento é a mesma, determinando-nos a inferir a existência de uns da existência dos outros” (HUME, 2000, p.440). Então, do mesmo modo que os nossos motivos e as nossas ações estão conectados, assim também estão as ações da matéria e as operações do espírito. Dessa maneira, as ações morais são o resultado das operações da matéria que geram seus motivos, temperamentos e condutas. É por esta razão que os atos da vontade decorrem da necessidade.

Assim como as coisas da natureza são todas distintas, as causas e efeitos também o são. Com efeito, eles são distintos e separados uns dos

outros, porém só é possível inferir a existência pela experiência e observação de sua união constante, isto porque a inferência é somente um efeito do hábito sobre a imaginação. Além disso, a ideia de causa e efeito decorre da apreensão da união entre os objetos e a ideia, de modo que a conexão necessária é uma determinação da mente e não algo fora dela. Portanto, quando há uma união, ela age da mesma maneira sobre as nossas crenças e opiniões. Eis como surgem as ideias de causalidade e necessidade.

Ainda de acordo com Hume, em todos os casos passados que pudemos observar, o movimento de um corpo decorre da ação de um outro corpo. Assim, pelo fato de termos experiências passadas, tais experiências originam em nós a ideia da união constante, e é desta união que se forma a ideia de causa e efeito e, por conseguinte, de necessidade – parte essencial da causalidade que determina nossas vontades, decisões e atitudes. Assim, quando realizamos uma determinada ação, somos impulsionados pela necessidade, a qual nem sempre é apreendida pela nossa consciência quando agimos.

Mas há uma diferença entre liberdade de espontaneidade e liberdade de indiferença, ou seja, entre aquilo que se opõe à violência e aquilo que significa uma negação de necessidades e das causas. Por outro lado, o acaso é simplesmente a falta de compreensão dessa determinação quando passamos da ideia à ação. Ademais, diz Hume:

Sentimos que nossas ações, na maioria das vezes, estão submetidas a nossa vontade; e imaginamos sentir que a vontade ela mesma não está submetida a nada – porque quando, diante da negação disso, vemo-nos incitados a pô-lo a prova, sentimos que nossa vontade se move facilmente em todas as direções, produzindo uma imagem de si própria até mesmo ali onde não se estabeleceu (HUME, 2000, p. 444).

É importante salientar que ainda que as ações que praticamos sejam irregulares, nunca podemos nos libertar das amarras da necessidade – ideia de grande valia para a moral humeana. Na concepção de Hume, a necessidade

ocorre tanto na união e conjunção constante de objetos semelhantes como na inferência da mente de um ao outro, haja vista que, em ambos os casos, a necessidade se faz presente na determinação da vontade, pois as inferências se fundam na experiência da união constante de ações semelhantes com motivos e circunstâncias também semelhantes. Dessa maneira, a necessidade é essencial à liberdade. Hume, com efeito, afirma que:

De fato, como todas as leis humanas estão fundadas em recompensas e punições, admite-se certamente como um princípio fundamental que esses motivos exercem uma influência sobre a mente, produzindo boas ações e impedindo as más. (HUME, 2000, p.446)

Assim, pelo fato de essa influência ocorrer em conjunção com a ação, podemos considerá-la uma causa decorrente de uma necessidade. Este argumento é muitas vezes aplicado às leis divinas quando se considera Deus um autor de leis que pode punir ou conceder recompensas ao indivíduo com o propósito de suscitar sua obediência. Ainda nas palavras de Hume

Mas, afirmo também que, mesmo quando Deus não age na qualidade de magistrado, quando o vemos como puro vingador de crimes em virtude do caráter odioso e repulsivo destes, seria impossível, sem a conexão necessária de causa e efeito nas ações humanas, não apenas que as punições infligidas fossem compatíveis com a justiça e equidade moral, mas também que algum ser sensato jamais pensasse em infringi-las (HUME, 2000, p. 447).

Por isso, o objeto do ódio é sempre o homem (eu) e quando uma ação criminosa ou nociva desperta essa paixão, ela o faz porque há uma conexão com o caráter da pessoa. De acordo com a doutrina da liberdade enquanto acaso, os homens não são responsáveis pelas suas ações (planejadas ou premeditadas) nem, tampouco, pelas ações acidentais; e, por esta razão, a ação até pode ser condenável e oposta às regras religiosas e moral, mas a pessoa não seria responsável por ela.

Assim, mesmo que tais ações causem danos a outrem, o homem continua “puro” e “inocente” como quando veio a mundo em seu nascimento, pois mesmo depois de ter cometido o mais terrível dos crimes suas ações não atingem o seu caráter, isto porque não derivam do caráter deles, já que elas são oriundas da liberdade que é o mesmo que o acaso, isto é, não possuem uma causa que a determine.

Todavia, Hume discorda dessa ideia, pois a liberdade não é produto do acaso, mas sim da necessidade e isso não elimina a responsabilidade dos indivíduos pelas escolhas e ações efetivas. Assim, é somente segundo os princípios da necessidade que um homem tem a possibilidade ou não de obter mérito ou deméritos decorrentes de suas ações e ser louvado ou condenado pelo que faz de sua vontade. De acordo com Hume:

O arrependimento apaga por completo qualquer crime, sobretudo se acompanhado de uma evidente reforma na vida e nos hábitos. Como explicar isso? Afirmando que a ação só torna uma pessoa criminosa por serem provas da presença de paixões ou princípios criminosos na mente; e quando, por alguma alteração desses princípios, deixam de ser provas legítimas, deixam também de ser criminosas. De acordo com a doutrina da liberdade ou acaso, porém, elas nunca chegaram a ser provas legítimas; conseqüentemente, nunca foram criminosas (HUME, 2000, p. 448).

A partir desta afirmação, fica claro que todas as ações da vontade têm causas particulares, por isso precisamos investigar quais são essas causas e como operam. Eis do que trataremos a partir deste momento.

### 3.1. À vontade e suas causas originárias

Devido ao combate entre paixão e razão ao longo da história da filosofia e da supervalorização da razão, acreditou-se que o homem virtuoso é aquele que regula suas ações por meio da razão e quase toda a filosofia está marcada por este pressuposto: a primazia da razão sobre as paixões. Para Hume, porém, a razão não determina a conduta moral do sujeito, pois “a razão,

sozinha, não pode ser nunca motivo para uma ação da vontade; e, em segundo lugar, que nunca poderia se opor à paixão na direção da vontade” (HUME, 2000, p.449 ), uma vez que a razão se encontra no mundo das ideias e a vontade está presente no mundo das realidades, e, por isso, demonstração e a volição estão separadas uma da outra.

Com efeito, se um determinado objeto nos causar dor ou prazer sentimos então uma emoção que pode ser de afeição ou aversão e, em consequência disso, podemos evitar ou acolher aquilo que proporciona a satisfação ou o desprazer. Mas, esta emoção não se restringe somente a estes sentimentos, já que ela abrange qualquer objeto que esteja em conexão com o original. Isso ocorre pela relação de causa e efeito, sendo que a função do raciocínio consiste em descobrir essa relação e orientar nossas ações. Como já dissemos, a razão é a descoberta da conexão, por isto é impossível que, por meio dela, os objetos sejam também capazes de nos afetar. Mas ainda, a razão não pode gerar sozinha nenhuma ação ou vontade, assim como ela é também incapaz de impedir a vontade ou competir com qualquer paixão ou emoção. Eis por que “a razão é, e deve ser apenas a escrava das paixões, e não pode aspirar a outra função além de servir e obedecer a elas”. (HUME, 2000, p.451). Veremos, pois, como as paixões determinam o comportamento moral do indivíduo.

#### 4. O PAPEL DAS PAIXÕES NA MORAL HUMEANA

A maioria dos indivíduos considera que a virtude não passa de uma conformidade com a razão; muitos também pensam que a moralidade, assim como a verdade, é determinada por ideias ou pelo raciocínio. Ora, sabemos que a filosofia se divide em duas partes: especulativa e prática. É na parte prática da filosofia que a moral está inserida e, por isso mesmo, cabe à filosofia investigar a origem, a natureza e as formas de expressão da moralidade do indivíduo.

É comum se afirmar que a moral tem influência sobre os afetos e as paixões. Isso parece evidente, porém a questão fundamental consiste em saber de que forma tais sensações se relacionam com nossos juízos, crenças e ações normativas. Hume oferece uma resposta a essa questão ao considerar que a moral é despertada pelas paixões - produzindo ou impedindo ações, ou seja, as regras da moral não são resultadas de nossa razão. Para ele,:

A razão é a descoberta da verdade ou da falsidade. A verdade e a falsidade consistem no acordo e no desacordo seja quanto à relação real de ideias, seja a existência e aos fatos reais. Portanto, aquilo que não for suscetível desse acordo ou desacordo será incapaz de ser verdadeiro ou falso, e nunca poderá ser objeto de nossa razão. Ora, é evidente que nossas paixões, volições e ações são incapazes de tal acordo ou desacordo, já que são fatos e realidades originais, completos em si mesmos, e não implicam nenhuma referência a outras paixões, volições e ações. É impossível, portanto, declará-las verdadeiras ou falsas, contrárias ou conformes à razão (HUME, 2000, p. 498).

Como já vimos, a razão jamais poderá produzir ou impedir qualquer afeto, ação ou fonte da distinção entre o bem e o mal, pois o papel da razão é

unicamente descobrir a verdade ou a falsidade na relação das ideias com a existência dos fatos reais.

Ainda de acordo com Hume, “as ações podem ser louváveis ou condenáveis, mas não podem ser racionais ou irracionais. Louvável ou condenável, portanto, não é a mesma coisa que racional ou irracional” (HUME, 2000, p. 498). Não se pode afirmar que as nossas ações podem ser racionais ou irracionais, mas sim que uma ação é louvável ou condenável provocada pelo prazer ou desprazer, e esta é a prova de que, em circunstância alguma, uma ação pode ser causada diretamente pela razão, pois a esta cabe apenas a orientação da ação, decorrida da produção de uma paixão. “As distinções morais, portanto, não são frutos da razão” (HUME, 2000, p. 498).

A nossa conduta só pode ser influenciada por nossa razão em dois únicos casos: primeiro, quando ela desperta uma paixão aos nos informar sobre a existência de alguma coisa que é um objeto próprio dessa paixão, ou, no segundo caso, quando revela a conexão de causas e efeitos, fornecendo-nos meios para exercer uma paixão.

Neste sentido, a razão influencia apenas indiretamente as nossas ações, mas quem comanda e determina a conduta do homem são os afetos e, por isso mesmo, a razão não é capaz de impulsionar o indivíduo a agir, já que “a única possibilidade de a razão influenciar as ações é, indiretamente, por intermédio das paixões. É neste sentido que a razão estará sempre subordinada aos afetos”. (PEQUENO, 2012, p.91)

De acordo com Hume, as ações humanas não são jamais praticadas por meio dos juízos, sejam eles verdadeiros ou falsos, pois estes servem apenas para orientar as paixões. Com efeito, a razão sozinha não é capaz de gerar no homem a vontade, nem, tampouco, a ação. Segundo Hume, a única possibilidade de a razão controlar a vontade seria se a ela fosse um impulso contrário à paixão, mas isso, para ele, é impossível, pois “nada pode se opor ao impulso da paixão a não ser uma paixão contrária” (HUME, 2000, p. 450).



Disso decorre que as nossas ações sempre são oriundas de uma força natural passional e, por isso mesmo, são desprovidas de qualidades racionais. Assim, uma paixão em si mesma não pode ser nunca irracional, mas sim o juízo que lhe é atribuído, pois o juízo é uma faculdade sujeita a um valor de verdade ou falsidade identificados exclusivamente na linguagem ou no pensamento, mas jamais nas sensações. Eis o que diz Hume:

Uma paixão tem de ser acompanhada de algum juízo falso para ser contrária a razão; e mesmo então, não é propriamente a paixão que é contrária a razão, mas o juízo. As consequências disso são evidentes. Como uma paixão não pode nunca, em nenhum sentido, ser dita contrária a razão, a não ser que esteja fundada em uma falsa suposição ou que escolha meios insuficientes para o fim pretendido, é impossível que a razão e paixão possam se opor mutuamente ou disputar com controle das vontades e das ações. Assim que percebemos a falsidade de uma suposição ou a insuficiência de certos meios, nossas paixões cedem a nossa razão sem nenhuma oposição (HUME, 2009, p. 452).

Ainda de acordo com o filósofo, é preciso reconhecer que os juízos podem ser ainda falsos ou errôneos e que há diferença entre um erro de fato e um erro de direito. Um erro de fato é involuntário e, por isso, não é fonte de imoralidade, isto é, o erro de fato não confere responsabilidade moral ao sujeito que o cometeu. Este erro ocorre quando o indivíduo se engana ou desconhece a capacidade que uma atitude tem de provocar dor ou prazer. Enquanto isso, o erro de direito confere culpabilidade ao indivíduo, pois ele tem conhecimento prévio da natureza e possíveis consequências do ato.

Neste sentido, as distinções morais não tratam do verdadeiro ou do falso, mas do bem e do mal; elas não corrigem o erro, e sim a culpa; elas não são imediatamente determinantes e não podem ser comparadas com qualquer outra coisa (PEQUENO, 2012, p.98).

Esta distinção entre o bem e o mal morais não pode ser feita pela razão, pois ela influencia as nossas ações e a razão sozinha não tem capacidade para tal.

De fato, quando sentimos prazer ou dor, essas sensações nos possibilitam diferenciar o bem do mal, guiando-nos para aquilo que nos causa prazer e afastando-nos daquilo que nos causa dor. Por isto, quando as nossas ações são julgadas virtuosas, causa em nós sensações de prazer, e do mesmo modo, quando as ações são julgadas viciosas elas geram a sensação de dor. Entretanto, se fosse possível compreender a moral como decorrente de um raciocínio, seria necessário demonstrar que a ideia do vício é estabelecida por meio da relação entre os objetos. Porém, diz Hume, “é inquestionável, portanto, que a moralidade não se encontra em nenhuma dessas relações, nem o sentido da moralidade está em sua descoberta” (HUME, 2000, p.503). Dessa maneira, o bem e mal morais derivam das sensações de prazer e dor e essas determinam a vontade. Como prova disso, consideremos a afirmação de Hume:

Portanto, para provar que os critérios do certo e do errado são leis eternas, obrigatórias para toda mente racional, não basta mostrar as relações que os fundamentam; temos que mostrar também a conexão entre a relação e a vontade (HUME, 2000, p. 505).

Ademais, a razão pode orientar o dever ou a obrigação moral, mas jamais produzi-los. Hume (2000, p. 507) indica que “antes que a razão possa perceber uma torpeza, a torpeza tem que existir; por conseguinte ela é independente das decisões da nossa razão, sendo mais propriamente seu objeto que seu efeito” Ou seja, é a razão que esclarece os deveres morais, mas nunca é sua fonte originária. A moralidade não é um objeto da razão, logo, esta não pode ser estabelecida pelo entendimento.

Portanto, o vício pode apenas ser julgado por meio da nossa razão que sozinha é incapaz de originá-lo. Logo, quando afirmamos que uma ação é viciosa também estamos afirmando que experimentamos um sentimento de censura ou desaprovação. Assim, o vício e a virtude não podem ser, por exemplo, comparados a sons e cores, pois estes não são qualidades do objeto e sim qualidades das percepções da mente. Neste sentido, Hume afirma que:

Nada pode ser mais real, ou nos interessar mais que nossos próprios sentimentos de prazer e desprazer; e se estes forem favoráveis à virtude e desfavoráveis ao vício, nada mais pode ser preciso para a regulação de nossa conduta e comportamento. (HUME, 2000, p.509)

Hume, como vimos, indica que “a distinção entre o vício e a virtude não está fundada meramente nas relações dos objetos, nem é percebida pela razão” (2000, p. 509). A comparação de ideias unicamente não pode originar o vício ou a virtude, segue-se que deve haver alguma impressão ou sentimento que determina a diferença entre ambos. As decisões que tomamos acerca da retidão e da depravação morais dependem das nossas percepções. E como as percepções são impressões de onde derivam as ideias, nisto consiste que a moral se encontra mais próxima dos sentimentos e paixões do que da razão, pois, primeiramente temos sentimentos de aprovação ou reprovação e somente em seguida podemos julgar as ações como viciosas ou não. Nesse sentido, diz Hume:

A moralidade, portanto, é mais propriamente sentida que julgada, embora essa sensação ou sentimento seja em geral tão brando e suave que tendemos a confundi-lo com uma ideia, de acordo com nosso costume corrente de considerar tudo que é muito semelhante como se fosse uma só coisa (HUME, 2000, p. 510).

As experiências vivenciadas pelo homem permitem que ele perceba que a impressão derivada da virtude é agradável, enquanto a do vício é desagradável. A prova disto é que sentimos prazer quando uma ação é nobre e bela, ao passo que uma ação cruel nos causa uma impressão dolorosa e de repulsa. Nada parece ser mais prazeroso do que desfrutar da presença das pessoas que amamos e estimamos; em contrapartida, nada pode ser pior do que conviver com aquelas que odiamos e desprezamos.

O que nos faz conhecer o bem e o mal morais como impressões distintas são as dores e prazeres particulares, pois isso define o caráter virtuoso ou vicioso de nossas ações; e, quando damos razão a este prazer ou desprazer estamos explicando o vício e a virtude. O sentido de virtude é simplesmente o sentimento de satisfação quando contemplamos determinado tipo de caráter ou uma boa ação, haja vista que é o próprio sentimento que constitui nosso elogio ou admiração. Pelos critérios racionais, só é possível determinar o certo e o errado quando a mente procura uma relação das nossas ações com os objetos externos. Entretanto, se isto fizesse parte da moralidade toda a matéria inanimada poderia se tornar virtuosa ou viciosa. E, se a virtude e o vício não fossem constituídos pelo prazer e dor, tais sensações não seriam oriundas destes sentimentos, isso porque, como indica Hume,

se a virtude e o vício são determinados pelo prazer e pela dor, tais sensações devem sempre gerar essas qualidades; conseqüentemente, qualquer objeto, animado ou inanimado, racional ou irracional, poderia se tornar moralmente bom ou mal, contanto que pudesse despertar uma satisfação ou um desprazer. (HUME, 2000, p.511)

Compreendemos que o termo prazer envolve sensações diferentes, mas que apresentam alguma semelhança entre si. Assim, por exemplo, a contemplação diante de um belo jardim com flores ou a leitura de um bom livro produzem igualmente um prazer, mas o livro não pode causar fascinação pela mistura das cores, nem o jardim pode provocar a satisfação da descoberta intelectual. Porém, em ambos os casos, a satisfação existe. Convém, da mesma forma, reconhecer a diferença entre nossas dores e prazeres. Sobre isso, Hume indica que:

A virtude se distingue pelo prazer, e o vício, pela dor, produzidos em nós pela mera visão ou contemplação de uma ação, sentimento ou caráter. Essa conclusão é muito convincente, pois nos reduz a esta simples questão: por que uma ação ou sentimento, quando são contemplados ou considerados de uma forma geral, produzem em nós uma certa satisfação ou desconforto? É a resposta a essa

questão que nos permitirá mostrar a origem da retidão ou da desaprovação morais dessa ação ou sentimento, sem precisar buscar relações e qualidades incompreensíveis, que jamais existiram na natureza, e nem sequer em nossa imaginação, como objetos de uma concepção clara e distinta (HUME, 2000, p. 515)

Por fim, se a ação praticada pelo indivíduo é nobre, significa que ela é julgada virtuosa por suscitar-lhe uma impressão de prazer. De maneira oposta, ela é julgada viciosa ao provocar no homem um comportamento intolerável ou um sentimento de repulsa causado pela impressão de dor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho nos permitiu apresentar o papel das paixões nas determinações do comportamento moral. Ele demonstra ainda algo que durante boa parte da tradição filosófica ficou obscurecido: sem as emoções não haveria ação moral propriamente dita. Hume é um dos primeiros filósofos a afirmar aquilo que depois seria confirmado pela pesquisa de várias ciências empíricas: relação entre o sentir e o agir. Por isso, podemos situá-lo na contracorrente do pensamento tradicional, pois ele é um dos primeiros filósofos a conferir dignidade, valor e importância às paixões em matéria de moralidade. De fato, a partir de Hume as experiências sensoriais (sentimentos, afetos, paixões) tornam-se fundamentais não apenas em questões gnosiológicas, mas também axiológicas.

Ademais, Hume, como vimos, endereça uma crítica ao racionalismo, sobretudo, ele denuncia a pseudo-oposição entre razão e paixão. O filósofo escocês ressalta ainda o papel da experiência e, e em especial, da sensibilidade na constituição da moral. Com isso, ele demonstra que a razão não gera a ação, nem, tampouco, está na origem da distinção entre o bem e o mal. Por conseguinte, a razão sozinha é incapaz de fundamentar a moral, pois somente por meio das paixões é possível fazer surgir a moralidade do sujeito.

Da mesma forma, indicamos que, em Hume, a liberdade é produto da necessidade. Assim, a natureza é portadora de interesses que geram no indivíduo a motivação e a atitude morais. Isso significa que somos necessariamente programados para agir e quando executamos a ação afirmamos a nossa liberdade. Nesse sentido, as paixões, em última instância, são fontes de motivação para o exercício da liberdade, além de estarem na origem das distinções morais.

Uma importante posição filosófica de Hume acerca da moral consiste em afirmar que os valores de bem e mal decorrem dos sentimentos de prazer e dor. Assim, quando definimos uma ação como má é porque sentimos repulsa,

ou seja, ela desencadeia em nós uma sensação desagradável de censura ou indignação. Isso significa que os valores podem ser justificados por juízos e crenças, porém o que os faz surgir são as experiências sensoriais que vivenciamos e, mais ainda, o nosso interesse em maximizar o prazer e minimizar a dor. Desse modo, a natureza gerou em nós disposições para agir com vistas a realizar os seus desígnios. Eis por que naturalmente associamos o que nos apraz com o bem e este com a recompensa. Da mesma forma, temos a tendência a rejeitar o mal e a associá-lo ao vício, pois este é fonte de sofrimento e dor. Eis em que consiste a ideia fundamental de Hume sobre a moralidade do indivíduo: sinto, logo ajo moralmente.

## REFERÊNCIAS

HUME, David. *Resumo de um Tratado da Natureza Humana*, Marcos: Disponível em < <https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/resumo-de-um-tratado-da-natureza-humana.pdf> > acessado em: Março de 2017.

HUME, David. *Tratado da Natureza Humana*. São Paulo: UNESP, 2000.

HUME, David. *Investigações sobre o Entendimento Humano*. São Paulo: UNESP, 2003.

.

PEQUENO, Marconi. *Dez Lições sobre Hume*. Petrópolis: Vozes, 2012.

VELASCO, Marina. *Hume, as Paixões e a Motivação*, **Analytica**, volume 6, número 2, 2001.